



Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento

**Aquisição do Repertório de Tato Discriminado de
Eventos Privados: Desafios na Análise
Comportamental Clínica**

Camila Cardoso Carvalho Soares

Brasília
Maio de 2015



Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento

**Aquisição do Repertório de Tato Discriminado de
Eventos Privados: Desafios na Análise
Comportamental Clínica**

Camila Cardoso Carvalho Soares

Monografia apresentada ao Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Análise Comportamental Clínica.
Orientador: André Lepsqueur Cardoso

Brasília
Maio de 2015



Instituto Brasileiro de Análise do Comportamento

Folha de Avaliação

Autora: Camila Cardoso Carvalho Soares

Título: Aquisição do Repertório de Tato Discriminado: Desafios na Análise Comportamental Clínica

Data da Avaliação: 22 de maio de 2015

Banca Examinadora:

Orientador: Prof. Msc. André Lapesqueur Cardoso

Membro: Prof. Msc. Ana Karina Curado Rangel de-Farias

Membro: Prof. Esp. Frederico Santos Velloso

Brasília
Maio de 2015

Aos meus clientes que me desafiam a ser
uma profissional melhor a cada dia.

Agradecimentos

A Deus por, em meio a tudo, continuar sendo meu maior porto seguro. Por ter providenciado as pessoas certas, nos lugares certos e nas circunstâncias adequadas para que este trabalho fosse realizado.

Ao meu esposo Enio, companheiro de sempre! Há muitos anos quando decidi te amar, sabia que mudaria a minha vida. Sou grata por cada mudança ocorrida, por cada decisão tomada, por cada caminho percorrido. Obrigada pelo cuidado, pelo carinho e suporte de sempre. Temos ainda uma longa caminhada juntos, mas contigo ao meu lado não tenho dúvidas de quão reforçadora a vida pode ser!

À minha mãe Tânia pelo exemplo de ser humano incrível que sempre foi. Pelo carinho, atenção, compreensão e acima de tudo amor sempre dispensados a mim. A nossa família não seria tão reforçadora pra mim se não fosse por sua causa. Se um dia eu conseguir ser a mulher que tu és, serei imensamente realizada. Palavras jamais conseguirão exprimir o que sinto por ti.

Aos meus irmãos Renato e Rafael por terem me dado de presente as riquezas da minha vida: os meus sobrinhos Aninha, Larinha e João Arthur. Cada sorriso, cada beijo, cada abraço de vocês torna meus dias muito mais reforçadores. Amo-os incondicionalmente!

À família (Carvalho) Leódido pela acolhida, carinho e amor de sempre! Em especial ao meu “primo legítimo” Aquino, por sempre me garantir uma hospedagem luxuosa em Brasília. Qui, sem o seu suporte não seria possível concluir esta pós-graduação. Realmente, você deve deixar seu corpo para que a ciência estude, afinal, pessoas como você são raríssimas! Muito obrigada por tudo!

À professora Raquel Aló, primeira orientadora deste trabalho. Obrigada pelo tempo dispensado e pelas orientações valiosas, sem as quais não seria possível a elaboração deste.

Ao meu orientador André, o meu muito obrigado. Obrigada por aceitar o desafio de “pegar o barco andando” e por conduzi-lo de maneira primorosa. Obrigada pela paciência e atenção sempre dispensadas a mim. Obrigada pelas orientações sempre pontuais! Com o seu auxílio, foi possível tornar as contingências menos aversivas. Obrigada pelo exemplo de responsabilidade, competência e profissionalismo que és.

À minha família Memorial por ter estado ao meu lado, oferecendo suporte e companheirismo sempre que precisei.

À minha família de Aço, a Kerusso, uma família maravilhosa que ganhei de presente. Obrigada pelo cuidado, incentivo e amor de todos vocês. Nossa amizade com certeza foi um dos maiores presentes que me foi concedido. Com vocês compreendi que a vida sem música realmente não faz o menor sentido! No Caribe ou no chão de terra batida, estar com vocês é o que mais importa!

Às meninas do IEL/MA, em especial a Tatiana, Anelice, dona Graça, dona Edilde, Raphaela, Michele, Isabelle e as minhas queridas estagiárias Leidiane e Rayane por se mostrarem sempre disponíveis a me ajudar em tudo o que eu precisasse. Aprendi com vocês o que significa trabalhar em equipe. Obrigada por compreenderem as minhas ausências e sempre torcerem por mim. Serei sempre grata pela generosidade de vocês.

Às minhas companheiras de pós-graduação Zera e Karina, muito obrigada pela parceria durante esses anos! Se é o outro que nos tira do desamparo, a companhia de vocês me manteve sempre amparada. Em especial a Zera, com quem pude compartilhar dúvidas, angústias e conquistas. A sua amizade foi uma grata surpresa

com a qual fui presenteada. Espero que a conclusão deste curso seja o início de muitas conquistas que ainda estão por vir.

Às minhas “demoiselles” Isabella, Cândice e Renata, amigas pra vida toda que a UFMA me deu de presente. Cada viagem, cada conversa, cada lágrima, cada sorriso ficará guardado comigo, assim como cada uma de vocês que levarei para sempre. Em especial à Isa, que me ajudou com o abstract. Sem toda a sua sapiência, com certeza eu estaria perdida! Amo muito vocês!

Aos meus clientes que a cada encontro me instigam a me aprofundar na compreensão do comportamento humano. Muito obrigada!

Sumário

Folha de Avaliação -----	i
Dedicatória -----	ii
Agradecimentos -----	iii
Sumário -----	vi
Lista de Tabelas -----	vii
Resumo -----	viii
Abstract-----	ix
Introdução -----	1
Eventos Privados -----	5
Tato-----	13
Desafios enfrentados na aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados na Análise Comportamental Clínica -----	17
Considerações Finais -----	24
Referências Bibliográficas -----	26

Lista de Tabelas

Tabela 1. Exemplos dos quatro tipos de relação que podem dar origem a aprendizagem por consequência -----	9
Tabela 2. Referências na obra de Skinner sobre contingências de reforçamento e eventos privados -----	11

Resumo

No contexto clínico, é comum que se ouça que sentimentos, pensamentos e intuições são a causa dos comportamentos humanos. Dessa forma, o trabalho com eventos privados é um grande desafio para a Análise Comportamental Clínica. Por ser a interação verbal o maior recurso do clínico dentro do *setting* terapêutico, é de suma importância que o terapeuta conduza o cliente a tatear aquilo que sente, bem como ser capaz de descrever as contingências envolvidas neste processo, para que assim, o cliente tenha condições de prever e controlar seu próprio comportamento. A fim de compreender os desafios envolvidos na aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados, tal qual estão presentes na Análise Comportamental Clínica, o presente trabalho inicialmente trata sobre eventos privados e comportamento verbal. Em seguida, será discutida a importância da aquisição do repertório de tato. Depois disso, serão discutidas alternativas e estratégias para a aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados na clínica. Finalmente, serão abordados os ganhos para o processo terapêutico a partir da aquisição desse repertório.

Palavras-chave: eventos privados; tato; Análise Comportamental Clínica.

Abstract

In the clinical context, it is common to be heard that feelings, thoughts and intuitions are the cause of human behaviors. Therefore, working with private events is a great challenge to Applied Behavior Analysis. Being verbal interaction the ultimate resource to the clinic inside the therapeutic setting, is highly important that the therapist leads his client to grope what he feels, as well as be capable of describing the contingencies involved in this process, so that way, the client has conditions to foresee and control his own behavior. With the purpose of comprehending the challenges implied in the acquisition of the discriminative tact repertory in private events, just as they are present in Applied Behavior Analysis, this current paperwork, initially debates about private events and verbal behavior. Afterward, it will be discussed the importance of acquiring the tact repertory. Later, it will be discussed alternatives and strategies to acquire discriminative tact repertory in private events in the clinic. Finally, it will be approached the improvements to the therapeutic process originating at the acquisition of this repertory.

Key-words: Private events; tact; Applied Behavior Analysis.

É muito comum que se ouça “briguei porque estava com raiva”, “chorei porque estava triste”, “corri porque estava com medo”, “briguei porque estava com inveja”, “casei porque amava”. Em livros, músicas e filmes os sentimentos costumeiramente têm sido tratados como causas dos comportamentos publicamente observáveis. No senso comum, muito do que se fala sobre sentimentos, emoções, pensamentos e intuições mantém o cerne da análise no interior de cada um, e o ambiente externo é renegado a um segundo plano na determinação e explicação do comportamento. A essa concepção, dá-se o nome de internalista ou mentalista (e.g., Tourinho, 2001). Essa visão estabelece uma dicotomia físico-mental a partir da qual os sentimentos têm sido compreendidos (Cunha & Borloti, 2009).

Um questionamento pertinente seria: “O que levou à concepção dos sentimentos como causa?”. Skinner (1989/2003) responde afirmando que “é fácil confundir o que sentimos com causa, porque nós o sentimos enquanto estamos nos comportando (ou mesmo antes de nos comportarmos)” (p. 15). Então, a proximidade temporal entre aquilo que é sentido e o comportamento público pode ter sido responsável pela crença segundo a qual os sentimentos são responsáveis pelos comportamentos humanos.

Segundo Simonassi, Tourinho e Silva (2001), os seres humanos em alguns contextos tendem a se comportar de forma não acessível à observação de outras pessoas, e para dar conta disto, a Psicologia ao longo de sua história construiu explicações do tipo mentalista. Ou seja, explicações dualistas onde sentimentos estariam no âmbito mental (i.e., conceitos abstratos), causando comportamentos observáveis, que fariam parte do âmbito físico ou natural. As explicações

mentalistas, ao deixarem de centrar sua análise nas interações ambientais, pouco têm a contribuir na explicação e determinação do comportamento humano (Cunha & Borloti, 2009).

Em contraposição à perspectiva mentalista e com o intuito de avançar na compreensão dos eventos que acontecem privadamente (i.e., que não estão sujeitos à observação pública; Tourinho, 2001), utilizar-se-á como fundamentação deste trabalho a Análise do Comportamento, uma abordagem em Psicologia sustentada pela filosofia do Behaviorismo Radical. Essa filosofia busca compreender o indivíduo como um todo em sua interação com o ambiente físico e social. Tal filosofia também concebe sentimentos, emoções, sonhos e pensamentos como produtos da interação desse indivíduo com o ambiente externo. Desse modo, a Análise do Comportamento assegura que um sentimento não pode *causar* um comportamento público (i.e., diretamente observável), pois ambos os comportamentos público e privado são função do ambiente (Skinner, 1989/2003, 1953/2003, 1974/2003). Tal ambiente inclui a herança genética, a história de vida e a cultura (Skinner, 1953/2003). Caberia ao analista do comportamento entender como a relação entre os comportamentos públicos e privados com o ambiente pode ter se estabelecido, e como o ambiente externo mantém ambos os tipos de comportamento (Cunha, 2007).

De acordo com a terminologia usada em Análise do Comportamento, ao nos referirmos a um sentimento, estamos tateando eventos privados. O tato é uma categoria de comportamento verbal, comportamento esse que se distingue dos demais operantes pela necessidade de ter sua consequência mediada por outra pessoa (Skinner, 1957/1978).

O tato consiste na descrição de estímulos ou algumas de suas propriedades, descrevendo aspectos do ambiente externo ou interno à nossa pele (Skinner, 1957/1978). Assim, na presença de uma fruta vermelha com caroços pretos aprendemos a nomear "melancia", por exemplo. Outro exemplo ocorre ainda na infância, quando choramos quando estamos no escuro e não conseguimos identificar o que sentimos, e os adultos logo supõem: "Isto é medo. Medo do escuro".

A aprendizagem do tato depende de outras pessoas, que ensinam ao indivíduo sob quais circunstâncias determinados nomes devem ser usados. Tal aprendizagem pode ser particularmente desafiadora quando o evento a ser tateado é privado, justamente porque outras pessoas não têm acesso a esses eventos - por definição. Por isso, é comum a emissão de tatos incorretos ou imprecisos. Ou seja, a descrição/nomeação pode não estar de acordo com o que está sendo descrito, principalmente quando se tratam de eventos privados. Tais distorções podem apresentar-se como dificuldades em discriminar as situações nas quais se sente (o que acontece antes e depois), como esses sentimentos se apresentam (se há reações físicas como taquicardia, por exemplo), com que frequência eles ocorrem, dentre outras dificuldades.

Segundo Skinner (1974/2003), "uma pessoa que se tornou consciente de si mesma (...) está em melhor posição de prever e controlar seu comportamento" (p.31). Então, o treino de tato torna-se essencial à medida que pode proporcionar ao cliente tornar-se apto a manipular as variáveis ambientais que afetam seu próprio comportamento, contribuindo para o aumento de seu bem-estar e promoção do autoconhecimento (Medeiros, 2002a).

A fim de compreender os desafios envolvidos no processo de aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados, tal qual estão presentes na

Análise Comportamental Clínica, o presente trabalho inicialmente trata sobre eventos privados e após sobre comportamento verbal. Em seguida, será discutida a importância da aquisição do repertório de tato. Depois disso, serão discutidas alternativas para a aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados na clínica. Finalmente, os ganhos para o processo terapêutico a partir da aquisição desse repertório serão abordados.

Eventos Privados

Sabe-se que o estudo de eventos privados é um grande desafio para a Análise do comportamento (Barbosa & Tourinho, 2010). Ainda há muito que avançar na análise e compreensão de tais eventos, afinal só a partir da obra de Skinner (1945/1988), é que a proposta behaviorista passa a incluir eventos privados como comportamento, sendo assim, objeto de estudo e investigação (Barbosa & Tourinho, 2010; Marçal, 2010). Antes disso, no Behaviorismo Metodológico de Watson¹ a concepção de comportamento era apenas a de ações públicas que pudessem ser passíveis de observação direta (Matos, 2001).

A mudança de paradigma, inaugurada no Behaviorismo Radical, promete avançar na compreensão do ser humano, por garantir uma análise mais completa. Entretanto, não foi possível que Skinner superasse todos os entraves envolvidos na abordagem comportamental de tais eventos, que são, dentre outros: uma conceituação e delimitação do que são eventos privados e ainda a observação e manejo desses eventos (Barbosa & Tourinho, 2010; Tourinho, 2001). O que torna relevante a ampliação na análise e pesquisa desta temática, para que estratégias sejam lançadas para a superação destes obstáculos.

Skinner (1953/2003) caracteriza eventos privados como o conjunto de respostas e estímulos passíveis de acesso de forma direta apenas àquele que se comporta. São eles os sentimentos, sensações, pensamentos, sonhos, dentre outros. Vale relembrar,

¹ Muito ainda se fala a respeito da não valorização de eventos privados por parte dos analistas do comportamento. Tal concepção seria uma herança do Behaviorismo Metodológico. Nesse Behaviorismo, tais eventos não deveriam ser objeto de estudo por se tratarem de entidades mentais, não passíveis de observação pública direta. A mudança de concepção se dá com o Behaviorismo Radical que inclui em sua proposta a concepção que o comportamento público assim como o privado ocorrem na mesma dimensão natural (Skinner, 1945/1988).

como apontado anteriormente, que a nomeação de eventos privados se dá através da relação do organismo com o ambiente externo.

Há ainda outras condições pouco acessíveis à observação pública direta, como por exemplo, o funcionamento dos órgãos e os movimentos glandulares. No entanto, essas últimas não são consideradas relevantes para a análise de eventos privados, por não serem objeto de estudo da Psicologia, mas da Medicina, Fisiologia e Biologia (Skinner, 1989/2003) e também por serem considerados eventos internos e não privados. Tourinho (2009) considera que existem diferenças sutis entre tais eventos. Mais especificamente, "privado" diz respeito à acessibilidade pública, e "interno" diz respeito “a sua localização (sob a pele ou não)” (Tourinho, 2001, p. 214).

Ainda sobre a distinção entre eventos privados e internos, Tourinho (2001) assegura que esses eventos não necessariamente coincidem, apesar de ambos serem naturais. Um evento pode localizar-se internamente, e não receber o *status* de privado. O que garantirá tal *status* será a acessibilidade pública restrita. Por exemplo, os batimentos cardíacos são eventos internos, porque ocorrem sob a pele, mas não são eventos privados, pois são acessíveis à observação pública direta desde que, para isso, sejam utilizados os meios necessários, como equipamentos médicos, por exemplo. O mesmo não pode ocorrer com o pensamento, em que o acesso direto não é possível a terceiros. Nesse caso, o acesso dependerá do que aquele que pensa consegue relatar.

Para auxiliar a análise, Skinner (1981/2007) propõe que os comportamentos humanos, sejam eles públicos ou privados, são produto de três níveis de variação e seleção, que são a filogênese, ontogênese e cultura. Segundo o autor, no nível filogenético, características que aumentam as chances de sobrevivência e reprodução dos membros de uma espécie são selecionadas. Por exemplo, o aumento da sudorese

durante a elevação da temperatura do ambiente favorece o esfriamento do corpo e a manutenção da temperatura interna, garantindo que a espécie humana possa sobreviver em locais com altas temperaturas e propiciando a continuidade dessa característica genética na população. No nível de seleção ontogenético, as consequências selecionam comportamentos específicos ao longo da vida do organismo. Novos comportamentos são aprendidos e proporcionarão ganhos para os indivíduos de forma particular - como, por exemplo, aprender a dirigir e aprender um novo idioma podem resultar, respectivamente, em locomoção mais rápida e acesso a um emprego ou possibilidade de comunicação com um número maior de pessoas. Tais consequências, então, aumentam ou mantêm a probabilidade dos comportamentos que as produziram. O último nível diz respeito à ação da cultura sobre o comportamento de membros da mesma comunidade verbal, por meio da interação com o outro. As práticas culturais envolvem comportamentos como receber e dar conselhos e orientações, estabelecer e seguir regras, e cooperatividade em atividades comuns, permitindo que se aprenda através da experiência do outro. Assim aprende-se, por exemplo, a usar sapatos e morar em casas - comportamentos selecionados e repassados ao longo da história de uma cultura, porque são favoráveis à sobrevivência de um grupo.

Nos três níveis de seleção, dois tipos de interação entre organismo e ambiente têm sido considerados: respondente e operante. Em interações respondentes, de acordo com Millenson (1975), um estímulo passa a eliciar uma resposta em função da história de vida do indivíduo (estímulo condicionado – CS) ou de sua espécie (estímulo incondicionado – US). Da mesma forma, a resposta eliciada pode ser incondicionada (UR) ou condicionada (CR). Sentir medo diante de um predador pode ser um exemplo de resposta incondicionada, se ela independe de aprendizagem

anterior. Nessa situação, o predador seria o estímulo incondicionado. Mas se, por exemplo, uma pessoa quando criança foi mordida por um cachorro e, depois de adulta, quando se depara com um cachorro, sente-se de forma semelhante à que se sentiu no dia da mordida, diz-se que ocorreu condicionamento (i.e., aprendizagem) respondente. Nesse exemplo, o cachorro, que inicialmente era um estímulo neutro (NS - estímulo que ainda não elicia a resposta condicionada), foi pareado com a mordida - um estímulo que elicia dor e medo, de forma incondicionada (US). Depois disso, o contato com um cachorro, agora um estímulo condicionado, passa a eliciar respostas de medo (CR) mesmo na ausência de mordidas.

No condicionamento operante, por outro lado, as consequências do comportamento influenciam a sua probabilidade futura. Quando a probabilidade de o comportamento voltar a ocorrer aumenta porque ele produz uma determinada consequência, fala-se em reforçamento; quando a probabilidade do comportamento voltar a ocorrer diminui porque ele produz uma determinada consequência, trata-se de punição (Skinner, 1981/2007). Além disso, comportamentos operantes sempre envolvem estímulos antecedentes. Tais estímulos têm sido classificados como discriminativos ou motivacionais (ver, por exemplo, Schlinger & Blakely, 1994). Estímulos (ou operações) motivacionais (i.e., operações estabelecedoras) são aqueles que estabelecem o valor reforçador de uma consequência, alterando a probabilidade de comportamentos que resultaram em tal consequência, no passado (cf. Keller & Schoenfeld, 1950; Laraway, Snyckerski, Michael, & Poling, 2003). Já as situações que antecedem um determinado comportamento e que sinalizam ou indicam a probabilidade de uma determinada consequência são chamadas de estímulos discriminativos (S^D) (Delitti & Meyer, 1995; Michael, 1982). Tem-se, então, a

contingência tríplice que envolve o antecedente, a resposta, e sua consequência (Skinner, 1974/2003).

Skinner (1974/2003) afirma que tanto o reforçamento quanto a punição podem ser positivas ou negativas, a depender da adição ou remoção de um evento ambiental como resultado do comportamento. Deste modo, são quatro os tipos de relação que podem dar origem a aprendizagem por consequências: reforçamento positivo e negativo; punição positiva e negativa. A tabela a seguir ilustra um exemplo de cada uma dessas relações.

ANTECEDENTE	COMPORTAMENTO	CONSEQUÊNCIA	TIPO DE RELAÇÃO
Reunião familiar	Cantar	Aplausos	Reforçamento Positivo
Sinal vermelho	Ultrapassar o sinal vermelho	Multa	Punição Positiva
Dia ensolarado	Usar óculos de sol	Diminuição da luminosidade	Reforçamento Negativo
Ordem da mãe	Desobedecer a mãe	Retirada da mesada	Punição Negativa

Tabela 1. Exemplos dos quatro tipos de relação que podem dar origem a aprendizagem por consequências.

Skinner (1974/2003) ressalta ainda que, com a suspensão da consequência reforçadora, ocorrerá a extinção. Ou seja, o comportamento operante também diminui de probabilidade se deixa de produzir o reforço que antes o mantinha.

Os comportamentos privados, assim como os públicos, podem ser operantes ou respondentes, e podem ser fruto de seleção filogenética, ontogenética, e/ou cultural. Segundo Delitti (2000), os sonhos, por exemplo, podem trazer em seu conteúdo dados relevantes da vida do indivíduo. Alguém que relata timidez e dificuldades em relacionar-se, que sonha que está voando com amigos que acabou de conhecer, pode

discriminar a operação estabelecida de se expor a novas situações e contextos e que os novos amigos podem ajudá-lo a lidar com isso. É possível sonhar que se está voando, sem ter asas, só pelo fato de já ter visto pássaros e ter experienciado a sensação de flutuar no ar nas viagens de avião. Além do que, culturalmente, voar costumeiramente é relacionado à liberdade e leveza.

A interação entre respostas públicas e privadas pode ter contribuído para a tendência de confundir as contingências envolvidas na relação comportamental ou ainda para um desconhecimento sobre as contingências das quais o evento privado é função (Darwich & Tourinho, 2005). Por exemplo, uma pessoa pode dizer: “Não vou sair hoje, porque estou desanimada”. Nessa frase, a causa para o comportamento de deixar de sair é atribuída ao desânimo. Mas, o que houve para que o sujeito estivesse desanimado? Quais as contingências de reforçamento envolvidas? Talvez tais contingências sejam responsáveis tanto pela sensação de desânimo, quanto pela decisão de ficar em casa. Na verdade, observar que a pessoa não saiu de casa faz com que digam que ela está desanimada.

Apesar de não serem responsáveis pela ocorrência de comportamento subsequente (e.g., Banaco, 1999), Skinner (1989/2003) afirma que os eventos privados podem dar dicas de contingências vigentes. Assim, perguntar sobre os eventos privados pode ser uma estratégia para que se obtenham informações sobre as contingências em vigor. A tabela abaixo traz um resgate da relação entre contingências de reforçamento e alguns eventos privados citados na obra de Skinner, conforme pesquisa realizada por Borloti e Cunha (2005).

CONTINGÊNCIA	EVENTOS PRIVADOS RELACIONADOS
Reforçamento Positivo	Amor (1948/1978; 1989/2003), Felicidade (1969; 1978), Confiança, Fé, Segurança, Interesse, Ambição, Determinação, Perseverança, Entusiasmo (1974/2003), Gostar, Liberdade (1978), Prazer (1989/2003)
Reforçamento Negativo	Aversão (1961/1974), Agressividade (1971), Ansiedade, Compulsão, Alívio (1974/2003)
Punição Positiva	Medo (1961/1974; 1974/2003), Raiva (1961/1974), Vergonha, Culpa, Embaraço, Cautela, Aborrecimento (1974/2003)
Punição Negativa	Perda de confiança, Desinteresse, Desapontamento, Desencorajamento, Impotência, Depressão, Frustração, Solidão, Saudosismo, Abandono, Inibição, Timidez (1974/2003)
Extinção	Depressão (1969; 1974/2003), Tristeza, Tédio (1969), Perda de confiança, Desinteresse, Desapontamento, Impotência, Frustração, Solidão, Abandono (1974/2003)

Tabela 2. Referências na obra de Skinner sobre contingências de reforçamento e eventos privados (Borloti & Cunha, 2005, p. 52).

De acordo com alguns autores, eventos privados podem participar de contingências que influenciam respostas subsequentes, mesmo não sendo causas para elas. Por exemplo, funções de estímulo eliciador, de operação estabelecadora e de estímulo reforçador podem ser ao menos parcialmente exercidas por eventos privados (Abreu-Rodrigues & Sanabio, 2001).

Um pensamento, ou uma lembrança, pode exercer a função de estímulo eliciador. Pode-se citar, como exemplo, o caso de uma pessoa que sempre se orgulhou de dirigir muito bem, e para ela, dirigir era algo natural e prazeroso. Um dia, essa pessoa sofre um acidente de carro. Após esse episódio, ao dirigir, ela passa a se comportar, pública e privadamente, de forma semelhante àquela do dia do acidente: ela chora, tem taquicardia e outras sensações que aprendemos a denominar de "medo". Dessa forma, um estímulo inicialmente neutro (direção veicular) ao ser emparelhado com o

US (acidente de carro) passa a eliciar respostas semelhantes às aquelas eliciadas pelo US - ou seja, torna-se um CS. Então, quando outros estímulos evocam "pensar em dirigir" ou "lembrar-se do acidente" (eventos privados que envolvem a direção veicular), por exemplo, respostas condicionadas de medo são eliciadas.

Eventos privados também podem participar de contingências como operações motivacionais (Delitti & Meyer, 1995; Michael, 1982). Utilizando o exemplo anterior, por meio do condicionamento respondente, eventos privados – como lembranças do acidente – podem participar não só da eliciação de respostas fisiológicas, mas também na evocação de comportamentos de esquia de situações onde o acidente ocorreu ou lugares onde outro acidente pode ocorrer. É importante ressaltar, todavia, que a lembrança do acidente apenas evoca comportamentos de fuga e esquia por causa da história com o acidente - isso é, um evento ambiental externo².

Após o acidente, a pessoa pode passar a isolar-se do convívio social. No início, seus amigos ainda a solicitam, mas os convites eventualmente entram em extinção. Com poucos convites, a pessoa passa a sair pouco de casa e assim evita as sensações fisiológicas de medo envolvendo carros e o comportamento de dirigir. A evitação ou eliminação dessas sensações fisiológicas e dos pensamentos e sentimentos envolvidos (i.e., eventos privados) pode funcionar como reforçador negativo para o comportamento de negar convites de amigos.

Com base no que foi apresentado, é possível afirmar que eventos privados são importantes: por participarem de contingências que determinam o comportamento futuro; e quando são relevantes para a queixa clínica. Porém, como não são causas

² Também é importante observar que “lembrar do acidente” consiste em uma operação estabelecadora e não possui apenas a função de um estímulo discriminativo. Se possuísse apenas a função de S^D, a lembrança deveria indicar a probabilidade diferencial para o comportamento de dirigir, o que não é o caso.

primárias do comportamento, cabe ao terapeuta promover a análise do caso com foco nos eventos externos responsáveis tanto pelos comportamentos privados quanto os públicos que são relevantes para a queixa do cliente, pois só assim é possível garantir o planejamento e a intervenção adequados (Banaco, 1999). Afinal, como dito anteriormente, alguém que se tornou consciente de si mesmo tem maiores e melhores condições de prever e controlar seu próprio comportamento (Skinner, 1974/2003).

Tato

Comportamento verbal é um operante que, assim como outros, é mantido por suas consequências (Skinner, 1957/1978). A diferença básica entre o comportamento verbal e outros operantes não-verbais está no fato de que as consequências do comportamento verbal não guardam relações mecânicas com a resposta a que são contingentes. Essas consequências são mediadas através de um ouvinte, cujo comportamento foi previamente treinado por uma comunidade verbal - o grupo de pessoas que falam entre si e que reforçam as verbalizações umas das outras (Skinner, 1957/1978). Ou seja, para que um inglês possa ser compreendido (tendo assim seu comportamento verbal reforçado) é necessário que aquele que ouve e interage com ele tenha sido treinado para fortalecer este comportamento. Ou seja, que ele fale e entenda a língua inglesa. Apenas a presença física de outra pessoa não garante que o comportamento daquele que fala será reforçado.

Skinner (1957/1978) ressalta que pode-se considerar como comportamento verbal todo aquele que é mantido por consequências que dependem da ação mediadora de outra pessoa. Podendo ser a leitura, a escrita, a linguagem de sinais, o braile, o ditado, exemplos desses comportamentos. Um aspecto relevante do

comportamento verbal é a possibilidade de que falante e ouvinte sejam a mesma pessoa - por exemplo, quando "falamos para nós mesmos", ou pensamos (Hubner, 1998).

Ainda sobre o comportamento verbal, Skinner (1957/1978) descreve algumas categorias, também chamadas de operantes verbais. Operantes verbais são classes de comportamentos mantidos pela mesma consequência, e podem ser compreendidos através da análise das contingências (i.e., relação de dependência entre eventos ambientais ou entre um evento ambiental e um comportamental), às quais o organismo é exposto em sua comunidade verbal (Souza, 2000). No presente trabalho, será tratado apenas o operante verbal tato, por sua relação direta com o objetivo proposto, no que tange à discriminação de eventos privados no contexto clínico.

No tato, tem-se como antecedente (S^d) um estímulo (ou evento) que servirá de ocasião para uma resposta verbal ou motora. Esta, por sua vez, terá como consequência um reforço generalizado ou estímulos reforçadores não específicos (Borges & Cassas, 2012; Ruas, Albuquerque & Natalino, 2010). Por exemplo, na presença da mãe (S^d) a criança a chamará de "mãe" e não de "pai" (resposta verbal) e, como consequência, a mãe voltará sua atenção para o filho. Assim, ao descrever algo que aconteceu ou nomeando o que se sente, são tateados eventos públicos e/ou privados. Afinal, é através daquilo que o falante consegue tatear que o ouvinte terá acesso ao seu mundo, seja ele público ou privado (Santos, Santos & Marchezini-Cunha, 2012). Ou seja, ao discriminar respostas de ansiedade (e.g., palpitação, sudorese, etc.), uma pessoa consegue tatear que está se "sentindo ansiosa" (resposta verbal). Através da discriminação feita por ela, é possível ter acesso ao seu ambiente em pelo menos dois aspectos: a como se comporta quando está ansiosa e também o que a deixa ansiosa, dentre outros.

Skinner (1957/1978) apresentou quatro maneiras pelas quais a comunidade verbal ensina a nomear eventos privados, que são: acompanhamento público, resposta colateral, propriedades comuns e redução de resposta. Pode-se ensinar uma criança a dizer que está com sede, se esta estiver em privação de água, ou se o tempo estiver bastante quente, ou ainda se ao beber água, ela o fizer em demasia. Nesses casos, a comunidade provavelmente dirá: “esta criança está com sede”. E é nesse sentido que acontece o acompanhamento público.

Já a resposta colateral acontece da seguinte forma: uma dor no pé pode levar a impossibilidade de apoiar o pé no chão. Ao fazê-lo, a comunidade poderá inferir: “seu pé está doente?”. Ou ainda, alguém que está muito quieto e calado poderá ouvir: “o que houve, você está triste?”. As propriedades de um estímulo público podem ser estendidas a um estímulo privado, na tentativa de explicá-lo, ou nomeá-lo, por meio das propriedades comuns. Como por exemplo, uma dor de cabeça pode estar tão forte que quem a sente pode afirmar que “minha cabeça está pesada”. Não que de fato sua cabeça tenha aumentado de peso, mas ao aprender o significado da palavra “pesada” diante de um estímulo público que se refere a aumento na carga, no peso, poderá utilizá-la também diante de uma dor que parece ter aumentado de tamanho.

De acordo com Andery (2001), é ao interagir com outras pessoas que se aprende em que contextos e situações se utilizam palavras que se referem aos mais diferentes eventos privados. Por exemplo, ao ouvir o choro do bebê, a mãe faz inferências com o intuito de descobrir as causas do choro, e poder eliminá-lo. Por fim, em algum momento e após alguma modificação ambiental, o choro cessa e a mãe nomeia o motivo do choro. Com o passar do tempo, ao vivenciar situações semelhantes, a criança conseguirá identificar as variáveis causais e nomear o que sente assim como sua mãe o fez. Assim, a criança logo poderá nomear seu próprio choro como dor ou

fome, por exemplo. Desta forma, pode-se afirmar que é só por intermédio do outro que o conhecimento do indivíduo acerca de si mesmo se torna possível. Por sua característica discriminativa, esta categoria de operante verbal está relacionada a descrição direta (acurada) do evento que antecede a resposta (Brito & Souza, 2005).

Entretanto, nem sempre esta descrição é tão fidedigna. Quando isto ocorre, define-se como tatos imprecisos (Hubner, 1998). Nesses casos, a descrição não corresponde àquilo que está sendo descrito. Esta situação é comum quando se trata de eventos privados. Uma vez que ouvintes não têm acesso aos eventos privados do falante, o reforçamento diferencial e treino do tato discriminado de eventos privados tornam-se também imprecisos. O problema da imprecisão se agrava quando também se leva em consideração a diferença linguística e cultural de uma comunidade verbal para a outra.

O contexto clínico é um lugar propício para a promoção e/ou desenvolvimento do repertório de tato discriminado de eventos privados, presentes em uma comunidade verbal específica. Tal repertório é por vezes, objetivo do processo terapêutico (Marçal, 2010). Assim, torna-se relevante pensar sobre a importância da aquisição deste repertório, bem como alternativas para treinamento deste e os entraves que a emissão de tatos imprecisos dentro do contexto analítico-comportamental clínico pode acarretar.

Desafios enfrentados na aquisição do repertório de tato discriminado de eventos privados na Análise Comportamental Clínica

A construção de uma abordagem coerente com os pressupostos do Behaviorismo Radical é de suma importância para construção de estratégias que favoreçam o manejo de eventos privados, uma vez que os relatos desses eventos são frequentes no contexto clínico (Banaco, 1999). Logo, o clínico comportamental deve atentar para o que é relatado pelo cliente, bem como incentivar relatos clinicamente relevantes, pois “o maior recurso do terapeuta para a mudança nos comportamentos dos clientes é a interação verbal dentro do *setting* terapêutico” (Medeiros, 2002a, p. 177).

Já existem na literatura analítico-comportamental algumas propostas para intervenção clínica, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT), a Psicoterapia Analítico Funcional (FAP) e a Psicoterapia Comportamental Pragmática (PCP) (Hayes & Wilson, 1994; Kohlenberg & Tsai, 1991; Medeiros & Medeiros, 2012). Em geral, esses modelos consideram os processos verbais envolvidos nos eventos privados como relevantes para o progresso da psicoterapia.

A ACT propõe atentar para a forma como o cliente descreve seus eventos privados para identificar o contexto sócio-verbal através do qual tais eventos adquiriram significado e passaram a desempenhar uma função para o comportamento do cliente. Após esta identificação, algumas estratégias serão utilizadas com o intuito de levar o cliente a tratar a esquivas emocional e aumentar a capacidade para a mudança comportamental. O cliente será conduzido a diferenciar as razões atribuídas como causa do seu comportamento (aos eventos privados) das verdadeiras contingências ambientais que o controlam (Hayes & Wilson, 1994).

Entretanto, é relevante chamar atenção para o perigo da supervalorização das autodescrições como determinantes do comportamento. Por exemplo, quando um cliente afirma que passa por um momento de muita tristeza, o terapeuta buscará operacionalizar este relato para que o cliente passe a discriminar as contingências em vigor e não apenas do contexto sócio-verbal. Ou seja, objetiva-se que o cliente desenvolva uma visão externalista, no qual o foco da análise e intervenção estará no ambiente. Isto não significa negar a possibilidade de antecedentes verbais exercerem controle sobre respostas públicas e/ou privadas; contudo, o controle é parcial, não podendo ser aceito como causa de tais respostas. Assumir que antecedentes verbais (como pensamentos, por exemplo) adquirem *status* causal de comportamentos, trata-se de uma concepção mentalista que se distancia da filosofia do Behaviorismo Radical (Tourinho, 1997).

A FAP consiste em uma proposta teórica e prática segundo a qual a relação terapêutica seria o principal veículo para a mudança. Logo, os comportamentos-alvo do cliente deveriam acontecer durante a sessão e a relação terapeuta-cliente seria essencial para modificá-los. Kohlenberg e Tsai (1991/2001) denominam os comportamentos-alvo da psicoterapia como comportamentos clinicamente relevantes (CRB) e os classificam como CRB1, CRB2 e CRB3. O CRB1 refere-se à queixa do cliente. São os comportamentos do cliente que deverão ser enfraquecidos ao longo da psicoterapia. Os comportamentos que fazem parte do progresso do cliente são classificados como CRB2 e as análises funcionais elaboradas pelo próprio cliente são os CRB3. Nesse contexto, as emoções e o afeto seriam fundamentais no processo terapêutico (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).

A Psicoterapia Comportamental Pragmática surge como proposta em terapia analítico-comportamental menos diretiva, atribuindo ao cliente³ papel ativo no processo terapêutico. Logo, caberá ao cliente formular suas regras e, assim, ser capaz de elaborar suas próprias análises funcionais. O terapeuta modelará o comportamento verbal do cliente, extinguindo respostas manipulativas e reforçando comportamentos verbais mais puros como fatos e mandos diretos. Utilizará o reforçamento diferencial e o questionamento reflexivo na condução do processo psicoterápico (Medeiros & Medeiros, 2012).

Diferente da FAP, a PCP trabalhará tanto com comportamentos emitidos durante a sessão, quanto aqueles que ocorrem fora da sessão, mas que são relatados pelo cliente. Há também, assim como a ACT, a utilização de metáforas. Perguntas serão feitas ao cliente, para que, ao se questionar sobre a própria metáfora, seja capaz de emitir autorregras mais úteis (Medeiros & Medeiros, 2012).

Segundo Braga e Vanderberghe (2006), durante muito tempo os resultados da Terapia Comportamental foram atribuídos à aplicação de técnicas para tratamentos de transtornos específicos, sendo colocada em segundo plano a relação terapêutica. A FAP, ao propor ênfase nessa relação, busca favorecer o estabelecimento do vínculo terapêutico, que segundo Medeiros (2002b), favorecerá o estabelecimento das respostas verbais do cliente permitindo o acesso ao mundo daquele que se comporta.

Skinner (1953/2003) ressalta a importância da postura do terapeuta durante a condução do processo psicoterápico. Para o autor, o cliente já precisa lidar com diversas agências de controle coercitivo em sua vida, a terapia não deve ser mais uma fonte de punição. O terapeuta deve assumir uma postura de audiência não punitiva, que será fundamental para o estabelecimento do vínculo terapêutico. Tal postura se

³ Na PCP o termo utilizado é “terapeutizando”, devido ao papel atribuído a ele durante o processo terapêutico (ver mais em Medeiros & Medeiros, 2012).

refere a valorização do cliente e daquilo que ele traz, sem julgamentos, sem juízos de valor. De acordo com Medeiros (2002a), a terapia representará uma mudança de contingência, uma vez que neste local os comportamentos não serão punidos. Logo, acredita-se que este efeito se generalize para os demais contextos.

Além de ser audiência não punitiva, é importante no estabelecimento da relação terapêutica e interação verbal mais rica, que o terapeuta discrimine qual deve ser o repertório compatível a cada cliente. Considerar a idade, cultura e o grau de escolaridade são de suma importância, afinal o cliente precisa entender o que o terapeuta diz e vice-versa (Medeiros, 2002a, 2002b).

Por ser um ambiente de interação verbal, o terapeuta terá acesso ao mundo do cliente através da análise de seus comportamentos durante as sessões e a partir do relato trazido por ele. Contudo, o cliente pode apresentar um relato manipulativo, por vezes, com diferente descrição das contingências que estão em vigor, o que pode causar entraves à psicoterapia. Medeiros (2002a, 2002b) cita como exemplos de manipulação do comportamento verbal presentes na terapia: o mando disfarçado; o tato distorcido; e as regras que não descrevem as contingências em vigor.

O mando é um operante verbal que tem uma consequência reforçadora específica que está sob controle funcional de condições de privação ou estímulo aversivo para o falante (Skinner, 1957/1978). Assim, pedidos e solicitações são exemplos de mandos. No entanto, dentro do contexto terapêutico, assim como fora dele, o cliente pode emitir pedidos de forma indireta, provavelmente devido à punição no passado de mandos diretos. Por exemplo, um cliente que, ao invés de pedir para desligar o ar condicionado, diz que “está frio aqui”, está emitindo um mando disfarçado (de tato). Mandos disfarçados são respostas verbais que têm a topografia de tato, mas que tem função de mando (Medeiros, 2002a, 2002b; Santos, Santos & Marchezini-Cunha,

2012). No exemplo citado, o cliente não solicitou o desligamento do ar condicionado (mando direto), o relato “está frio aqui” se assemelha a um tato (descrição de uma situação), mas que tem por função o desligamento do ar condicionado pelo o ouvinte (mando disfarçado).

Situações como as de mando disfarçado podem ser manejadas pelo terapeuta a partir de uma mudança de postura ao lidar com tais relatos. Provavelmente o cliente repetirá este padrão em outros contextos, e caberá ao terapeuta ser uma audiência diferenciada dos demais ouvintes. Poderá responder aos mandos disfarçados como se fossem tatos, deixando de oferecer reforço ao relato do cliente no intuito de conduzi-lo a emitir um mando direto e assim reforçar seu comportamento. O terapeuta poderá também analisar juntamente com o cliente os efeitos destas manipulações instruindo-o a emitir mandos diretos (Medeiros, 2002a, 2002b).

O tato distorcido diz respeito a uma descrição verbal que não condiz com a descrição da contingência em vigor (Skinner, 1957/1978). Assim como no mando disfarçado, pode acontecer que relatos fidedignos do falante tenham sido punidos no passado. Ou seja, o ouvinte pode vir a punir o que foi relatado, e não o comportamento de relatar. Contudo, Medeiros (2002a, 2002b) afirma que, devido a uma proximidade temporal, os efeitos da punição recaem sobre o comportamento de relatar. Logo, na tentativa de evitar a punição, o cliente poderá se utilizar da emissão de tatos distorcidos. Um cliente engajado em uma relação extraconjugal pode relatar em terapia que apenas se sente atraído pela colega de trabalho, por temer o julgamento do terapeuta. Há alguns casos ainda em que o cliente pode emitir tatos distorcidos por um histórico de receber reforço do ouvinte, como por exemplo, ao afirmar que pagou uma conta sem tê-lo feito.

Como estratégias para o trabalho com os tatos distorcidos, pode-se sugerir que o terapeuta seja audiência não punitiva para o cliente. Assim, a terapia será ocasião para relatos isentos do peso do julgamento e punição. Ao não punir o relato do cliente, o terapeuta está mostrando a ele que no contexto terapêutico não há necessidade para a manipulação de seu comportamento verbal. Este repertório será treinado inicialmente no relacionamento terapêutico e deverá ser generalizado para as demais relações (Kohlenberg & Tsai, 1991/2001).

Skinner (1969/1984) afirma que regras são estímulos discriminativos verbais que descrevem contingências. É possível perceber que alguns clientes respondem sob controle de regras treinadas através das práticas culturais. Frequentemente, tais regras não descrevem de forma precisa as contingências, acarretando na diminuição ao acesso de reforçadores disponíveis no ambiente (Medeiros, 2002a, 2002b, 2010). Por exemplo, alguém que goste muito de manga e leite, pode evitar a combinação. Afinal, desde criança ouviu a seguinte regra: “se comer manga e em seguida ingerir leite, então irá morrer”. Tal regra, emitida sob controle das práticas culturais mostra-se imprecisa uma vez que não descreve de forma real a contingência em vigor e ainda impede que o indivíduo tenha acesso a outros reforçadores.

Em terapia, o clínico buscará conhecer a que regras o cliente segue, quais as consequências de segui-las e as contingências envolvidas, no intuito de levá-lo à observação e descrição de seus comportamentos. Como consequência, o cliente será capaz de formular suas próprias regras, agora condizentes às contingências em vigor, propiciando o refinamento do autoconhecimento que é possível a partir do treino de tato (Medeiros, 2002a; 2002b).

A psicoterapia é ocasião para a modelagem do treino de tato. Este repertório verbal será útil à medida que tornará o cliente apto a fazer suas próprias análises

funcionais, manipular seu ambiente e dos que o cercam, alcançando o autoconhecimento e a manutenção dos resultados da terapia (Barbosa & Tourinho, 2010; Medeiros, 2002a).

Como estratégia clínica para aquisição do repertório de tato discriminado por parte do cliente, sugerem-se questionamentos que busquem a operacionalização dos comportamentos do cliente e as contingências em vigor (o que acontece antes e depois). O terapeuta será responsável por modelar o comportamento verbal do cliente. Também recomenda-se a utilização de metáforas, conforme sugerido pela ACT e PCP, com o objetivo de levar o cliente a desenvolver regras e autorregas mais coerentes com as contingências em vigor, e deixando de estar sob controle apenas do contexto verbal; e a relação terapêutica como modelo para o desenvolvimento de repertórios sociais esperados, assim como para possibilitar o reforçamento de repertórios clinicamente relevantes.

Considerações Finais

Ao tentar discorrer sobre os desafios da aquisição do tato discriminado de eventos privados na clínica comportamental, foi possível verificar a complexidade deste fenômeno. A partir desta tentativa, pode-se perceber o quão necessários são estudos que caminhem nessa direção.

Para a aquisição do repertório em questão, ressalta-se o papel do terapeuta que deve ser audiência não punitiva, investir no vínculo terapêutico e utilizar um repertório compatível e específico a cada cliente, pois o clínico será responsável por modelar o repertório verbal do cliente. É importante que, além da interação verbal, o terapeuta atente para o comportamento emitido durante as sessões. Tais dados serão úteis e conduzirão os questionamentos do terapeuta que servirão de modelo para as análises funcionais, que posteriormente serão feitas pelo próprio cliente.

O embasamento teórico consistente é salutar para uma prática responsável. Foram apresentadas no presente trabalho propostas de intervenção embasadas na filosofia do Behaviorismo Radical e este é o foco que aquele que se propõe a trabalhar com Análise Comportamental Clínica não deve perder. O foco externalista na compreensão e manejo de eventos privados conduz a possibilidades de intervenção que em uma visão internalista não são possíveis.

Como desdobramentos do presente trabalho, sugerem-se pesquisas empíricas que busquem investigar como os terapeutas comportamentais têm realizado o treino de tato; quais as principais dificuldades para os terapeutas iniciantes; se a aquisição deste repertório apresenta maior resistência em grupos de clientes específicos – se com homens ou mulheres, crianças, jovens, adultos ou idosos; quais as principais

intervenções realizadas – se as propostas no presente trabalho seriam úteis e em que medida, são algumas possibilidades.

Espera-se ter contribuído para o manejo de eventos privados dentro da prática clínica comportamental, principalmente no que tange ao repertório de tato discriminado. Afinal, quando o cliente é capaz de tatear seu próprio comportamento, realizar suas próprias análises funcionais, está em condições vantajosas de controlar seu ambiente. A aquisição deste repertório garante ainda a generalização dos ganhos da terapia, promovendo o autoconhecimento, bem-estar e independência do cliente (Medeiros, 2002a, 2002b; Skinner, 1974/2003).

Referências

- Abreu-Rodrigues, J., & Sanabio, E. T. (2001). Eventos privados em uma psicoterapia externalista: causa, efeito ou nenhuma das alternativas? Em H. J. Guilhardi, M. B. B. P. Madi, P. P. Queiroz, & M. C. Scoz (Orgs.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 16. Expondo a variabilidade* (pp. 206-216). Santo André: ESETec.
- Andery, M. A. P. A. (2001). O modelo de seleção por consequência e a subjetividade. Em: R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 196-205). Santo André: ESETec.
- Banaco, R. A. (1999). O acesso a eventos encobertos na prática clínica: um fim ou um meio? *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 1*, 135-142.
- Barbosa, J. I. C. & Tourinho, E. Z. (2010). Uma análise dos relatos sobre estados emocionais e motivacionais na evolução de um caso clínico. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 12*, 60-75.
- Borges, N. B. & Cassas, F. A. (2012), *Clínica Analítico-Comportamental: aspectos teóricos e práticos*. Porto Alegre: Artmed.
- Braga, G. L. B. & Vandenberg, L. (2006). Abrangência e função da relação terapêutica na terapia comportamental. *Estudos de Psicologia, 23*, 307-314.
- Brito, A. L. de F. & Souza, C. B. (2005). Comportamento Verbal: Uma análise da abordagem skinneriana e das extensões explicativas de Stemmer, Hayes e Sidman. *Interações em Psicologia, 9*, 251-270.

- Borloti, E. B. & Cunha, L. de S (2005). Skinner, o sentimento e o sentido. Em E. B. Borloti, S. F. Enumo, M. P. Rodrigues (Orgs.), *Análise do Comportamento: Teorias e práticas* (pp. 47-57). Santo André: ESETec.
- Cunha, L. de S. (2007). *Análise de eventos privados do tipo sentir sob controle de contingências programadas em um software*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.
- Cunha, L. de S. & Borloti, E. B. (2009). O efeito das contingências de reforçamento programadas sobre o relato de eventos privados. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 11, 177-191.
- Darwich, R. A. & Tourinho, E. Z. (2005). Respostas emocionais à luz do modo causal de seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7, 107-118.
- Delitti, M. & Meyer, S. B. (1995). O uso dos encobertos na prática da terapia comportamental. Em B. Rangé (Org.), *Psicoterapia comportamental e cognitiva* (pp. 269-274). Campinas: Editorial Psy.
- Delitti, M. (2000). Relato de sonhos: como utilizá-los na prática de terapia comportamental. Em R. C. Wielenska (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol 6. Questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas em outros contextos* (pp. 204-210). Santo André: SET.
- Hayes, S. C. & Wilson, K. G. (1994). Acceptance and commitment therapy: Altering the verbal support for experimental avoidance. *The Behavior Analyst*, 2, 298-303.
- Hübner, M. M. C. (1998). O que é comportamento verbal. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de*

- formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 135-137).
Santo André: ESETec.
- Keller, F. S. & Schoenfeld, W. N. (1950). *Principles of psychology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Kohleberg, R. J. & Tsai, M. (1991/2001). *Psicoterapia analítica funcional: Criando relações intensas e curativas* (F. Conte, M. Delitti, M. Z. da S. Brandão, P. R. Derdyk, R. R. Kerbauy, R. C. Wielenska, R. A. Banaco, R. Starling, trads.).
Santo André: ESETec.
- Laraway, S., Snyckerski, S., Michael, J., & Poling, A. (2003). Motivating operations and terms to describe them: Some further refinements. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 36, 407–414.
- Marçal, J. V. de S. (2010). Behaviorismo radical e prática clínica. Em A. K. C. R. de-Farias (Org.), *Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 30-48). Porto Alegre: Artmed.
- Matos, M. A. (2001). Comportamento governado por regras. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 3, 51-66.
- Medeiros, C. A. (2002a). Análise funcional do comportamento verbal na clínica comportamental. Em A. M. S. Teixeira, A. M. Lé Sénéchal-Machado, N. M. S. Castro & S. D. Cirino (Orgs.), *Ciência do Comportamento: Conhecer e Avançar* (pp. 176-187). Santo André: ESETec.
- Medeiros, C. A. (2002b). Comportamento verbal na terapia analítico-comportamental. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 2, 105-118.
- Medeiros, C. A. (2010). Comportamento governado por regras na clínica comportamental. Algumas considerações. Em A. K. C. R. de-Farias (Org.),

- Análise Comportamental Clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 95-111). Porto Alegre: Artmed.
- Medeiros, C. A. & Medeiros, N. N. F. A. (2012). Psicoterapia Comportamental Pragmática: uma terapia comportamental menos diretiva. *Comportamento em Foco, 1*, 417-436.
- Michael, J. (1982). Distinguishing between discriminative and motivational functions of stimuli. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior, 37*, 149-155.
- Millenson, J. R. (1975). *Princípios de Análise do Comportamento*. Brasília: Coordenada.
- Ruas, S. A., Albuquerque, A. R., & Natalino, P. C. (2010). Um estudo de caso em terapia analítico-comportamental: construção do diagnóstico a partir do relato verbal e da descrição da diversidade de estratégias interventivas. Em A. K. C. R. de-Farias (Org.), *Análise comportamental clínica: Aspectos teóricos e estudos de caso* (pp. 179-200). Porto Alegre: Artmed.
- Santos, G. M., Santos, M. R. M. & Marchezini-Cunha, V. (2012). Operantes verbais. Em N. B. Borges & F. A. Cassas (Orgs.), *Clínica analítico-comportamental: Aspectos teóricos e práticos* (pp. 138-146). Porto Alegre: Artmed.
- Schlinger, H. D. & Blakely, E. (1994). A descriptive taxonomy of environmental operations and its implications for behavior analysis. *The Behavior Analyst, 17*, 43-57.
- Simonassi, L. E., Tourinho, E. Z. & Silva, A. V. (2001). Comportamento privado: Acessibilidade e relação com comportamento público. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 14*, 133-142.
- Skinner, B. F. (1945/1988). The operational analysis of psychological terms. *Psychological Review, 52*, 270-277.

- Skinner, B. F. (1953/2003). *Ciência e Comportamento Humano* (J. C. Todorov, & R. Azzi, trads.). São Paulo: Martins Fontes.
- Skinner, B. F. (1957/1978). *O comportamento verbal* (M. da P. Villalobos, trad.). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1969/1984). *Contingências de reforço* (R. Moreno, trad.). São Paulo: Abril Cultural.
- Skinner, B. F. (1974/2003). *Sobre o behaviorismo* (M. da P. Villalobos, trad.). São Paulo: Cultrix.
- Skinner, B. F. (1981/2007). Seleção por consequências. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 129-137.
- Skinner, B. F. (1989/2003). *Questões recentes na análise comportamental* (A. L. Neri, trad.). Campinas: Editora Papirus.
- Souza, D. G. (2000). O conceito de contingência: um enfoque histórico. *Temas em Psicologia da SBP*, 8, 125-136.
- Tourinho, E. Z. (1997). Eventos privados em uma ciência do comportamento. Em R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 174-187). Santo André: ESETec.
- Tourinho, E. Z. (2001). Privacidade, comportamento e o conceito de ambiente interno. Em: R. A. Banaco (Org.), *Sobre comportamento e cognição: Vol. 1. Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista* (pp. 213-225-205). Santo André: ESETec.
- Tourinho, E. Z. (2009). *Subjetividade e relações comportamentais*. São Paulo: Paradigma.

